Considerações sobre o nascimento da moda: coletivo e indivíduo

Juliana Schmitt

Historiadora e especialista em História da Arte pela UEL,

Mestre em Moda, Cultura e Arte pelo Centro Universitário Senac e

Doutoranda em História Social na USP.

Resumo: A concepção de que a Moda nasce no século XIV, motivada por uma espécie de "dialética da cópia" que se estabelecia entre a burguesia e a aristocracia, apesar de consolidada, é bastante reducionista. Este artigo busca trazer outros fatores que contribuíram para o evento e são normalmente negligenciados.

Palavras-chave: História da Moda, nascimento da Moda, Idade Média

Abstract: The idea that Fashion was born in the 14th century, motivated by some kind of "dialectic of copy" established between the bourgeoisie and the aristocracy, although consolidated, it's reductionist. This article aims to debate others elements that contributed for this event but usually are neglected.

Keywords: Fashion History, the beginning of Fashion, Middle Ages

Considerações sobre o nascimento da moda: coletivo e indivíduo

Um dos mais consolidados sensos comuns no estudo sobre a História da Moda refere-se ao seu surgimento. Via de regra, a bibliografia utilizada para pesquisas neste sentido convencionou demarcar como momento do nascimento da Moda a segunda metade do século XIV. Quase sempre a explicação é rápida e satisfatória: buscando se parecer com a aristocracia de sua época, a burguesia ocidental-européia tratava de copiar sua aparência, causando a imediata reação dos primeiros. Assim, consecutivamente, instaurava-se uma espécie de "dialética da cópia", que permaneceria até o século XIX. Tal idéia, reducionista e empobrecedora, é tão consolidada que pouco se leva em conta outros fatores, talvez até mais importantes do que este. Este artigo, parte de um pesquisa em andamento, busca problematizar esta concepção, contribuindo para o debate sobre o ínicio da Moda.

Surgimento do indivíduo, surgimento da moda

São conhecidas as inúmeras transformações pelas quais passa a sociedade ocidental ao fim da Idade Média. O renascimento urbano, proveniente do crescimento dos burgos, nos séculos XII e XIII gera uma dinâmica social sem precedentes no mundo medieval. A gradual mudança no tradicional sistema feudal e de ordens traz notáveis inovações. A vida na cidade liberta os homens antes presos ao campo, enriquece e traz maiores referências à vida material e ao consumo, desperta a curiosidade pela auteridade – o *outro*, o novo, inexistente na vida estável no campo - já que é o território de encontro entre diferentes culturas. Também é neste momento que começa a aparecer os primeiros traços do sistema que dominará mais adiante as sociedades contemporâneas: o capitalismo e sua representante máxima, a burguesia.

A partir de então, e com notável força nos séculos XIV e XV, toda a existência começava a se encarada de outra maneira. A realidade mundana passa a ter uma enorme importância, muito maior do que tivera nos séculos anteriores, quando uma organização do tipo feudal e coletivista, baseada em princípios cristãos, dominava as mentalidades. A vida material se torna, pela primeira vez, tão importante quanto a vida espiritual.

Foi-se o tempo em que, na História, tudo se explicava apenas pelo viés político-econômico; portanto, sabe-se que essas mudanças acompanharam novas formas de cultura e de mentalidades. Não é por acaso que os historiadores consideram esse momento do fim da Idade Média como o do início da percepção da *individualidade*, o nascimento da consciência de si, do "Eu". Esse importante fenômeno não ocorre no mundo mensurável e de referências concretas, talvez por isso seja facilmente negligenciado. Deve ser, na verdade, procurado nas sutilezas do comportamento humano, nas suas formas de pensar e de conceber o que se passa a sua volta. O surgimento da idéia de indivíduo se dá, acima de tudo, no encontro do homem consigo mesmo, como protagonista de seu tempo e de seu meio, influenciado por eventos externos, mas capaz de agir por seus próprios impulsos. Nas artes, por exemplo, o "indivíduo" aparecerá no retratismo renascentista, que promove a identidade pessoal a tema absoluto pela primeira vez.

Essa mudança de percepção é tão profunda, tão veemente, que se constitui como gérmen de toda a revolução filosófica conduzida pelo humanismo. E se o homem se torna o centro de tudo – isto é, a própria referência para o conhecimento, não mais religioso mas racional e cartesiano – é certo que tudo o que diz respeito a este homem e a sua vivência terrena ganha destaque. A sua aparência, a maneira como se apresenta ao mundo e à sociedade passa a ser assunto de extrema importância.

> Suntuoso ou cômodo, o traje está estreitamente ligado ao íntimo: convencemo-nos disso pelo lugar que ocupa nos diários de despesa, assim como pelas imagens de si que suscita no fim da Idade Média. O traje é sempre mais que o tecido e o ornamento, estende-se ao comportamento, determina este último, determina este último tanto

> quanto o põe em evidência: marca as etapas da vida, contribui para a construção da personalidade, apura a distância entre os sexos.[1]

O mundo ocidental europeu passava a ser inundado de novidades, repleto de pequenas e grandes vogas, algumas rápidas e excêntricas como o vestuário em preto da corte bolonhesa, os penteados em formato de chifres para as mulheres, os sapatos franceses de bico pontudo virado para cima, os enchimentos para o ventre usados por baixo dos vestidos tal como aparecem no *Casamento dos Arnolfini*, de 1434, de Jan van Eyck. Outras foram duradouras e altamente simbólicas, como a modelagem ajustada ao corpo dos vestidos femininos, mais decotados e valorizando as formas do corpo, o encurtamento do gibão e a adoção de *codpieces* no caso dos homens.

> Pode-se afirmar que a roupa se torna o reflexo das coisas e da diversidade dos homens. (…) O destino das coisas é a mudança, a inconstância reina no mundo; o vestuário, símbolo por excelência de tal inconstância, permite ler a condição do homem, tanto em geral quanto em particular.[2]

Seguramente ocorreu a cópia dos trajes aristocráticos pela burguesia cada vez mais enriquecida. Prova cabal disso foi a existência da Leis Suntuarias, os éditos reais proibindo ou limitando o uso de determinados produtos e materiais pelos diversos estratos sociais. A dialética da cópia existente entre o que era eleito pela corte como a novidade, seguida por sua imitação pela aristocracia e depois pela elite burguesa, e finalmente sua popularizaçao entre as classes urbanas – em versões mais baratas e um tanto pastichentas – servia de estímulo para que a corte se enfadasse e em seguida se dedicasse a alguma outra novidade. Mas é preciso considerar também outros fatores.

A existência de diferentes tipos de corporações de ofício, muitas bastante organizadas, requeria um vestuário específico a cada uma delas. E

ainda dentro destes grupos, seus membros se subdividiam em hierarquias. Todas essas distinções deveriam aparecer, estar à mostra, e certamente o melhor veículo para isso era a indumentária. Um proliferação de uniformes, librés, insígnias e distintivos decoravam os vestuários urbanos, aumentando ainda mais a possibilidade de composição da imagem corporal. Também deve-se ter em conta os vários maneirismos locais, particularidades do traje de cada região da Europa, possíveis de serem percebidas nos manuais ilustrados de história do vestuário.[3]

Além de tudo isso, acrescenta-se o processo de desenvolvimento do "Eu", da consciência individual daqueles sujeitos históricos que, agentes de seu tempo, sofriam as consequências das profundas transformações que sua época testemunhava. A construção de uma identidade e da aparência desse sujeito único passava por todos esses aspectos, daí que considerar a "cópia entre classes" como responsável única do surgimento da moda seja demasiado reducionista:

> Ao contrário das teorias dominatnes, é preciso reafirmar que as rivalidades de classes não são o princípio de onde decorrem as variações incessantes da moda. Sem dúvida acompanham-nas e determinam alguns de seus aspectos, mas não são sua chave. A interrogação da moda exige uma modificação radical de paradigma. A moda não é o corolário do *conspicuous consumption* e das estratégias de distinção de classes; é o corolário de uma nova relação de si com os outros, do desejo de afirmar uma personalidade própria que se estruturou ao longo da segunda Idade Média nas classes superiores. É porque o papel da representação do indivíduo não foi avaliado em seu justo valor que as explicações da mudança de moda permanecem tão pouco convincentes.[4]

A problemática da cópia

É curioso notar que o senso comum das análises sobre história da moda agarra-se tão fortemente a essa idéia quando tal análise baseada na luta de classes (em última instância, é disso que se trata a "dialética da cópia") já está

ultrapassada até mesmo na Historiografia, propriamente dita. Talvez, ao focar neste ponto, os pesquisadores do vestuário busquem um tipo de "peso econômico" que sustente e valorize seu objeto de estudo.

Títulos considerados bibliografia básica nas faculdades de moda como *A história do vestuário,* produzido no fim do século XIX por Carl Kohler, ou *A roupa e a moda: uma história concisa*, de James Laver, lançado originalmente em 1968, sequer analisam os motivos que teriam levado às inúmeras transformações na cultura indumentária do começo da Renascença. Resumem-se a ótimas obras de referência, ricamente ilustradas que, sem comprometerem-se com explicações de cunho histórico ou sociológico, limitam-se à fórmulas vagas como *"foi na segunda metade do século XIV que as roupas, tanto masculinas quanto femininas, adquirem novas formas e surge algo que já podemos chamar de "moda"".* [5]

Aos poucos, no decorrer da segunda metade do século passado, a teoria da cópia inter-classes começava a dominar a historiografia da moda. De lá pra cá, poucos estudos sugeriam respostas diferentes, com a exceção honrosa do texto do filósofo francês Gilles Lipovetsky, *O Império do efêmero*, de 1987. [6] Sua análise cuidadosa ajuda a clarear a questão, dando-lhe outras nuances e considerando elementos e contextos bem mais abrangentes - mas este é um daqueles livros que definitivamente parecem ser mais comentados e festejados do que, de fato, lidos. Atualmente, ainda é possível encontrar obras muito recentes de autores brasileiros que mantêm a velha fórmula, elaborando afirmações como "*A moda surge na História como uma verdadeira estratificadora social*"[7]. Ou ainda:

> Foi somente em meados do século XIV que reis e nobres, principalmente na Corte de Borgonha, contrariados por verem suas roupas copiadas pela burguesia passaram a usar modelos diferenciados que, ao serem novamente imitados, eram descartados e substituídos por outros, ainda exclusivos. Estabeleceu-se, assim, um ciclo de criação e cópia, que até hoje nos é familiar.[8]

Ora, em ultima instância, este entendimento simplista dos fenômenos históricos afeta, especialmente, os estudantes de Moda, que recebem essas informações em sala de aula. É comum que repitam tal fórmula exaustivamente: "a moda nasce quando a burguesia passa a imitar a aristocracia". E, no entanto, parece prejudicial que percebam o estopim da Moda como que motivado por motivos puramente sentimentais e frívolos - uma linha de pensamento que se prolongará na teoria do consumo conspícuo de Thorstein Veblen, no século XIX, que reafirma o poder da inveja e da rivalidade como motor propulsor do desejo de se vestir bem e cada vez melhor. E se, segundo o supracitado Lipovetsky, *"a questão da moda não faz furor no mundo intelectual"*, muito se deve à falta de profundidade e certa acomodação nas quais sua historiografia e sociologia repousam.

Por outro lado, textos fundamentais da Historiografia da Idade Média (i.é. que não pertencem a uma Historiografia *do vestuário*) apontam para o surgimento deste fenômeno novo, relativo à aparência e ao traje, indicando sua extrema importância para os medievos. Destaca-se, aqui, a abordagem de Johan Huizinga em sua famosa obra *O declinio da Idade Média*, de 1919, em que dedica quase um capitulo inteiro (*Imagem e palavra*) ao tema. Cabe lembrar que Huizinga foi um dos grandes inspiradores da revolução na disciplina histórica, desencadeada pela escola francesa dos *Annales*,[9] quando os historiadores passaram a atentar mais para aspectos da cultura popular e da micro-historia (biografias de pessoas comuns e vida privada) em detrimento dos regimes políticos e das correntes econômicas. Assim, ao eleger, já no início do século, aspectos da vida comum do medievo, como o seu vestuário, Huizinga ajuda a promover diferentes objetos de estudo – numa época em que a Historiografia ainda se ocupava principalmente com a sucessão de reis e suas políticas territoriais, movimentos populacionais ou a circulação de moeda e de produtos agrícolas.

Não causa espanto, portanto, que historiadores da geração seguinte como Jacques Le Goff, Georges Duby, Philippe Ariès e Jean Delumeau tenham também se debruçado sobre o valor do traje naquele período final da Idade Média. Ao refletirem sobre o homem comum, foi inevitável verificar as modificações drásticas na maneira que o medievo percebia o mundo a sua

volta, e consequentemente, que percebia a si próprio. É aqui que reside o ponto nevrálgico do nascimento da Moda e que, paradoxalmente, é academicamente pouco explorado por ela.

Como já mencionado anteriormente, esta é uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento. Espera-se reunir um conjunto de textos de pesquisadores medievalistas sobre a moda e sua importância para a construção da imagem pessoal – e em seu prolongamento, da propria individualidade e da noção de "Eu" surgida na Baixa idade Média. Busca-se, ao final, com este levantamento, desenvolver análises que contribuam para o entendimento deste processo complexo mas, ao mesmto tempo, fundamental para uma melhor compreensão do desencadeamento da Moda em suas primeiras manifestações.

Bibliografia

BRAGA, João. **Reflexões sobre a moda I**. São Paulo: Ed. Anhembi mOrumbi, 2005.

BRAUNSTEIN, Philippe. A emergência do indivíduo – Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV. In: DUBY, Georges (org). **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALANCA, Daniela. **História social da moda.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

LAVER, James. **A roupa e a moda**. Uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero.** A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Notas

[1] Braunstein, 1990: 566.

[2] Calanca, 2008: 62.

[3] Talvez as obras mais conhecidas sejam *A história do vestuário* de Carl Kohler (KOHLER, Carl. *A história do vestuário.* São Paulo: Martins Fontes, 2009.) e *The costume history* de Auguste Racinet (RACINET, Auguste. *The costume history.*Koln: Taschen, 2009.), ambas produzidas no fim do século XIX.

[4] Lipovetsky, 2008: 59.

[5] Laver, 2010: 62.

[6] O recente texto de Daniela Calanca, de 2007, cuja referência encontra-se ao final deste texto, também é uma dessas exceções.

[7] Braga, 2005: 22.

[8] Costa, 2010: 13.

[9] A revista dos *Annales*, na qual os novos debates historiográficos sobre fontes e temas se centralizaram, foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929.